

Pressão dos credores não será ameaça material, diz especialista alemão

por Claudia de Souza
de São Paulo

"O Banco Mundial (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) não sabem o que estão fazendo." O comentário, acerca da inconsistência das posições das duas instituições — às voltas, depois de dez anos, com a mesma crise da dívida do Terceiro Mundo e com a estagnação econômica dos países em desenvolvimento (ver matéria na primeira página) —, é do especialista de relações internacionais alemão Hartmurt Elsenhans, do departamento de Ciências Políticas e Administrativas da Universidade de Konstanz.

O Brasil, como outros países de renda média da América Latina e do Leste Europeu, enfrenta o dilema de pagar e ter de volta o crédito da comunidade financeira internacional, ao mesmo tempo em que procura garantir um quadro mínimo institucional e econômico para voltar a crescer — o que a atual equipe que negocia a dívida externa brasileira chama de limites à capacidade de pagamento.

Para o especialista, de nada adiantará ao País manter a posição de bom aluno, como ele diz, diante da comunidade financeira. Os bancos comerciais credores, ele insiste, não são os principais interlocutores nessa questão. Nem mesmo atitudes concertadas como a do Grupo dos Sete países mais desenvolvidos e das agências multilaterais de pressão sobre a equipe negociadora brasileira poderão representar uma ameaça material ao Brasil.

O argumento é conhecido e tem sido repetido por economistas brasileiros e estrangeiros que acompanham as negociações brasileiras. Os bancos já fizeram suas provisões e sua pressão não será difícil de romper. O sucesso da ministra Zélia Cardoso de Mello em Paris na semana passada com os bancos comerciais franceses e o Co-face, o Eximbank francês, mostrou em parte a eficácia desse argumento na prática. "É preciso endurecer e trabalhar com as condicionalidades", diz o especialista.

"A economia mundial teria grande dificuldade para absorver todo o excedente que teriam de produzir os países em desenvolvimento se estes direcionassem suas economias para pagar os empréstimos que tomaram", diz o cientista político, mencionando uma declaração do presidente do banco central alemão nesse sentido em 1988.

A pressão dos bancos credores com relação ao Brasil reflete, para ele, um constrangimento envolvendo mais atores e a dificuldade que o País tem tido em obter internacionalmente aliados para sua posição. Seria preciso efetivamente convencer os acionistas dos bancos comerciais e os contribuintes nos países do Norte, por exemplo, de que o dinheiro que o País deixaria de pagar estaria sendo gasto na expansão da economia interna, na ampliação do mercado interno via melhor distribuição da renda, a efetiva abertura comercial e o controle da inflação. "A apropriação da renda deve ser dirigida para a produção", resume.

"A elite brasileira recusa-se a admitir que está falida", comenta Elsenhans. "Uma inflação de 20% ao mês significa que não existe dinheiro na economia.

Não se pode manter, como fez a classe empresarial brasileira em 1990, uma apropriação sobre uma riqueza que não existe", ele diz, referindo-se à ineficácia da reforma monetária do Plano Collor I.

Na Alemanha de 1948, ele lembra, a reforma monetária representou de fato um confisco, tirando da classe empresarial o espaço de reclamar como sua uma riqueza que a inflação alta tornara inexistente. O medo também de que o país caísse sob domínio comunista teria garantido sua adesão à nova moeda. "Não parece existir no Brasil nenhum temor de mudança por parte das elites", comenta. "A existência de uma elite brasileira extremamente afluente torna difícil de crer na alegação de que o País não tem capacidade de pagar seus credores internacionais", diz.